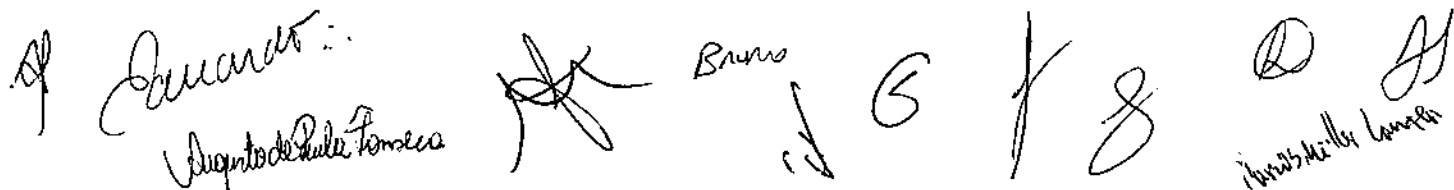


1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE) DO**
2 **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE, BIÊNIO 2017/2019,**
3 **REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2017.**

4 Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, na Reitoria do Instituto Federal
5 Catarinense, realizou-se a 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do IFC. A
6 reunião teve início às catorze horas e dez minutos, com a presença dos membros deste Conselho, sob
7 a Presidência da Pró-reitora de Ensino, professora Josefa Surek de Souza. Fizeram-se presentes os
8 seguintes conselheiros: Cladecir Alberto Schenkel, Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação,
9 Fernando José Garbuio, Pró-Reitor de Extensão, Robert Lenoch, Pró-Reitor de Desenvolvimento
10 Institucional, Iris Weiduschat, Diretora de Ensino, Fani Lúcia Martendal Eberhardt, Diretora de
11 Extensão, Eduardo Augusto Werneck Ribeiro, Diretor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Rafael
12 Andrade, Representante do segmento Docente – Titular, Gerson Luis da Luz, representante do
13 segmento docente – Titular, Vera Lúcia da Silva, representante do segmento TAEs, Titular, Bruno
14 Peixoto Bittencourt, representante do segmento discente – Titular, Marcos Muller Lauxen,
15 representante do segmento discente – Titular, Gisele Vieira, representante do segmento discente,
16 Titular, Leandro Padilha Ribeiro, 1º Suplente. Somente o/a conselheiro/a Lenoir Vieira Souza
17 encaminhou justificativa para sua ausência na reunião, os demais não o fizeram, sendo que tais
18 ocorrências foram registradas na Lista de Presença. A Presidente do Conselho iniciou o **Expediente** da
19 Reunião, dando as boas vindas a todos e agradecendo a presença de todos para viabilizar a realização
20 da primeira reunião. A presidente leu a Ordem do Dia e questionou os presentes se algum dos
21 membros gostaria de acrescentar algum ponto de pauta. O Prof. Cladecir Schenkel solicitou incluir os
22 informes gerais, que tratariam basicamente da transmissão das reuniões do CONSEPE via
23 videoconferência e da necessidade de tradução para a Língua Brasileira de Sinais. Em seguida, a
24 Presidente solicitou a todos os membros que se apresentassem, dizendo, além do nome, qual seria o
25 segmento ou cargo que representa no Conselho. A seguir passou-se a lista de presença, pedindo pra
26 informar e-mail e telefone. A Presidente Josefa fez o comunicado de que a mesma será a primeira
27 presidente do CONSEPE, no prazo regulamentar de um ano, colocando tal ato em votação, e a primeira
28 presidência foi então aprovada por unanimidade. Na sequência, a mesma passou a cada um dos
29 presentes o TERMO DE POSSE em duas vias, pedindo para que cada um assinasse as mesmas
30 devolvendo uma das vias à secretária. A seguir, a Presidente procedeu ao esclarecimento sobre o
31 cuidado dos membros da Comissão que elaboraram o Regimento do CONSEPE de que os objetivos do
32 mesmo não se sobrepujassem sobre os demais colegiados do Instituto. Desta forma, procedeu-se à
33 leitura comentada do Regimento do CONSEPE, para que se compreenda o mesmo na sua totalidade e
34 para que os presentes entendessem o contexto de sua criação até a efetiva criação que culminou com
35 esta primeira reunião do CONSEPE. O conselheiro Gerson colocou que mais necessária que a leitura,
36 seria compreender a o histórico da criação do CONSEPE e o escopo de atuação do mesmo. Desta
37 forma, atendendo ao que se solicitara, o conselheiro Cladecir Schenkel afirmou que em 2014 formou-
38 se uma comissão para rever o Regimento e o Estatuto do IFC, sendo que quando se discutiu esses dois
39 documentos, sentiu-se a necessidade deste conselho, quando então se previu a criação deste
40 Conselho, órgão para fazer as análises técnicas de projetos de cursos, para trabalhar as diretrizes
41 conjuntas do ensino, da pesquisa e da extensão, além de outras atribuições. Schenkel acrescenta que
42 em 2015, foi criada uma comissão para criar o Regimento, porém os trabalhos não foram adiante. Em
43 2016, foi retomada a discussão dos documentos citados anteriormente, e o Regimento previu a
44 existência deste Conselho tal e qual ele foi pensado pela Comissão instituída para elaborar o
45 Regimento do CONSEPE, que seria lido a seguir. Schenkel pontuou também que foi uma decisão mais
46 política e mais estratégica da instituição de se criar o CONSEPE. O CONSUPER, segundo Schenkel, teria
47 atribuições diferentes das do CONSEPE, ou seja, no CONSEPE, serão apreciadas questões mais técnicas
48 e de políticas e diretrizes de ensino, pesquisa e extensão, as quais não se sobrepõem sobre as
49 questões do CONSUPER. Adicionou: O CONSUPER tem atuação deliberativa e é instância de recurso do
50 CONSEPE. Josefa acrescenta que quem atua no CONSEPE, por conta disto, não pode atuar no
51 CONSUPER. Schenkel informa ainda que o CONSUPER poderá enviar consultas ao CONSEPE, que o


Augusto de Paula Tomasco
Bruno
G
S
Muller Lauxen

52 Calendário Acadêmico também será objeto de apreciação no CONSEPE, e que também definirá os
53 critérios de avaliação para ingresso discente. Já em relação ao ingresso de TAEs e de Docentes, o papel
54 do CONSEPE será prestar assessoria apenas. Iris coloca que o CONSEPE é um órgão normativo e
55 consultivo. Eduardo frisa que haverá questões que o CONSUPER delibera e que caberá ao CONSEPE
56 indicar os meios de operacionalizar. Schenkel exemplifica que quem decide pela criação de cursos é o
57 CONSUPER e quem decide sobre a sua organização é o CONSEPE. Dando continuidade, Fani continuou
58 a leitura. Josefa apresentou a todos a Secretária Executiva Márcia de Jesus Xavier, que será nomeada
59 secretária do CONSEPE e apresentou também Tábata Dias, que estava auxiliando nos trabalhos de
60 apoio à realização da primeira reunião do CONSEPE. Josefa ressaltou que a composição das Câmaras
61 seriam definidas naquela reunião. Fani continuou a leitura até o capítulo IV. Schenkel continuou a
62 leitura a partir do Capítulo V. A seguir o discente Bruno fez a leitura do Capítulo VI. Josefa frisou que os
63 parâmetros para o calendário de 2019 serão objeto de estudo do CONSEPE. Josefa frisou que as
64 reuniões extraordinárias também podem ser solicitadas pelos membros, conforme Regimento. A
65 seguir a Presidente fez a diferenciação entre “aparte” e “questão de ordem”, visando um melhor
66 funcionamento das reuniões. Iris fez um questionamento em relação ao Artigo 28, relacionado ao
67 prazo para vistas do processo, a qual foi respondida pela Presidente, que frisou que o prazo máximo
68 para vistas seria de 10 dias. O discente Bruno adicionou que os membros do Conselho devem se
69 posicionar de forma responsável ao solicitar vistas, de modo que estejam atuando em prol da
70 educação. Segundo Garbuio, o voto do membro do CONSEPE deve acompanhar o entendimento da
71 categoria que representa, ou seja, dos docentes, dos TAEs ou dos discentes. Bruno continuou a leitura
72 do capítulo VII, finalizando a leitura do documento. Josefa continuou a reunião procedendo à
73 constituição das Câmaras Permanentes. Ficou assim constituída a Câmara Permanente de Ensino:
74 Josefa Surek de Souza (presidente), Iris Weiduschat, docente: Gerson Luis da Luz, TAE: Vera Lúcia da
75 Silva, Discente: Gisele Vieira. Ficou assim constituída a Câmara Permanente de Pesquisa, Pós-
76 Graduação e Inovação: Cladecir Alberto Schenkel (presidente), Eduardo Augusto Werneck Ribeiro,
77 docente: Rafael Andrade, TAE: Neusa Denise Marques de Oliveira e Discente: Marcos Muller Lauxen.
78 Ficou assim constituída a Câmara Permanente de Extensão: Fernando José Garbuio (presidente), Fani
79 Lúcia Martendal Eberhardt, docente: Karine Arend, TAE: Lenoir Vieira Souza e o discente: Bruno
80 Peixoto Bittencourt. A Presidente Josefa anunciou que, tendo em vista demandas reprimidas que
81 aguardavam a efetiva atuação do CONSEPE, além das Câmaras já formalizadas, há necessidade de se
82 decidir pela composição de mais duas comissões. Josefa contextualizou a necessidade de criação de
83 uma comissão com o objetivo de definir critérios e analisar as solicitações que estão aguardando a
84 análise da Solicitação de Alteração de Regime de Trabalho. Segundo Josefa, a Pró-Reitoria de Ensino já
85 fez diversas análises das transformações dos professores 20 para 40 horas. Porém, há vários processos
86 aguardando análise relativa à solicitação de alteração de regime de trabalho. Schenkel enfatiza que a
87 comissão temporária de Alteração de Regime de Trabalho deverá, portanto, elaborar os critérios de
88 análise e trazer sugestões a serem aprovadas pelo plenário deste Conselho. Para tanto, será necessário
89 realizar uma pesquisa e conhecer as Resoluções pertinentes e definir critérios e, baseando-se nos
90 critérios, dar parecer em relação aos processos que necessitam de definição em relação à sua
91 aprovação ou não, de acordo com os interesses institucionais. Foi deliberado pela criação da Comissão
92 Temporária de Alteração de Regime de Trabalho, a qual passa a vigorar com a seguinte composição:
93 Fernando José Garbuio (Coordenador), Eduardo Augusto Werneck Ribeiro, Robert Lenoir, Josefa
94 Surek de Souza, Rafael Andrade (Representante docente), Vera Lúcia da Silva (Representante dos
95 TAEs), Gisele Pereira (Representante discente). Schenkel, Garbuio e Josefa lembram que os pedidos
96 devem ser analisados sempre com ênfase no interesse da Instituição. Para Schenkel, além do aumento
97 da carga horária destinada a aulas regulares, há outros critérios que precisam ser levados em conta,
98 como projetos de interesse institucional, citando o exemplo do Núcleo de Línguas que precisa ser
99 criado, necessitando de professores com mais tempo para se dedicar ao planejamento e execução do
100 projeto em questão. Garbuio coloca que é importante entender os motivos de o IFC ter contratado um
101 professor com carga horária de 20h e não um com Dedicção Exclusiva, e à comissão caberá
102 compreender o contexto de criação da vaga e o que mudou no contexto do ponto de vista do interesse

Bruno

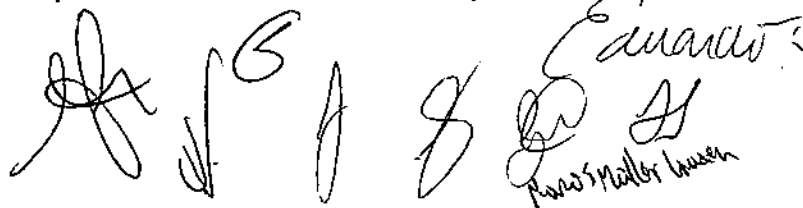
Garbuio:
Augusto de Paula Ferreira

Marcos Müller Lauxen

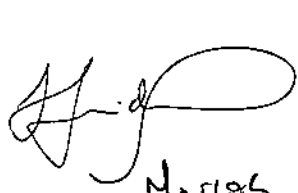
103 institucional. Josefa acrescentou que alguns cursos foram criados posteriormente às contratações,
104 fator este que justifica a demanda de mais professores com Dedicção Exclusiva. Porém todos
105 destacam: o interesse institucional se sobrepõe a qualquer outro, critério aceito com unanimidade por
106 todos. Naquele momento, foi feita uma pausa de quinze minutos. A seguir passou-se a discutir o
107 Calendário de Reuniões do CONSEPE para o ano de 2017, sendo que as datas a seguir foram as datas
108 deliberadas por unanimidade para o período: 25 de outubro e 14 de dezembro de 2017, sendo que, a
109 depender da pauta, ter-se-á reuniões no período da tarde e no período da manhã, a exemplo do que
110 ocorre com as reuniões do CONSUPER. No dia 14 de dezembro, segundo a Presidente do CONSEPE,
111 será discutido e deliberado o calendário de reuniões do Conselho para o ano subsequente e a mesma
112 comunicou também que as reuniões extraordinárias poderão ser via webconferência. Na sequência da
113 reunião, passou-se a discutir sobre a definição dos fluxos de trabalho do CONSEPE, sendo que chegou-
114 se à proposta para diminuição do prazo de análise dos processos no âmbito do CONSEPE: ao invés de,
115 no máximo, de 30 dias, passar para, no máximo, de 20 dias. A presidente colocou em votação, e a
116 proposta foi aprovada por maioria, obtendo 12 votos a favor e 1 contra. A seguir discutiu-se a
117 diminuição do prazo de publicação das recomendações do CONSEPE, após consulta à Secretaria, que
118 não se opôs, sendo que foi deliberado pelos presentes, por unanimidade, que o prazo para publicação
119 das recomendações passe a ser de, no máximo, 10 dias. De acordo com deliberação na reunião, Josefa
120 frisa que os processos serão encaminhados pela Presidente do CONSEPE aos presidentes das Câmaras
121 ou Comissões, que encaminharão os mesmos ao relator. Josefa ressaltou ainda a necessidade de
122 solicitar viabilidade de transmissão das reuniões do CONSEPE via videoconferência e gravação das
123 mesmas com Tradução em libras, o que somente não será feito caso haja impedimentos de ordem
124 financeira. Schenkel lembrou da necessidade de criação de uma página do CONSEPE no site da
125 Instituição, com estrutura similar à do CONSUPER. A presidente registrou o pedido e encaminhou à
126 Secretária que solicite à CECOM. Na sequência, a Prof^a. Josefa, Presidente do Conselho, colocou aos
127 presentes a necessidade de se avaliar os critérios para se encaminhar ou não um processo de
128 alteração de Projeto Pedagógico de Curso ao CONSEPE. Ela informou que a Organização Didática dos
129 cursos está em processo de estudo e ainda vai demorar a ser aprovada. Sendo assim, ela questiona se
130 serão recebidos para análise do CONSEPE toda e qualquer alteração. O Prof. Schenkel sugeriu,
131 naquele momento, que seria necessário disciplinar esta questão. Josefa concordou e apontou a
132 necessidade de a Câmara de Ensino construir um documento orientador, indicando em que medida as
133 alterações sejam aprovadas em outro âmbito e não no CONSEPE e em que casos ela vem ao CONSEPE
134 para apreciação. O Prof. Schenkel sugeriu, então, a criação de uma comissão temporária que venha a
135 criar uma Recomendação indicando as situações e as instâncias onde devem ser apreciadas as
136 alterações de PPC. Os membros Iris, Fani, Bruno e Gerson se pronunciaram a favor deste estudo,
137 indicando ainda que seria uma necessidade imediata, colocando-se à disposição para compor a
138 referida Comissão. Naquele momento, foi criada a Comissão Temporária de Alterações de PPC, cujo
139 objetivo é criar uma Recomendação que indique as situações e as instâncias onde devem ser
140 apreciadas as alterações de PPC, constituída pelos seguintes membros: Iris Weiduschat, Fani Lúcia
141 Matendal Eberhardt, Bruno Peixoto Bittencourt (discente), Gerson Luis da Luz (docente), e Leandro
142 Padilha Ribeiro (TAE), sob a coordenação do Pró-Reitor Cladecir Alberto Schenkel. O Conselheiro
143 Gerson colocou uma de suas angústias, relativa à necessidade de que os cursos tenham 75% de
144 similaridade. Ele afirmou que o calendário, por exemplo, é um problema para ser seguido por cursos
145 que acontecem em campi na praia, pois em períodos do ano que são muito quentes as aulas são
146 improdúcentes. Josefa comunicou que o calendário único é uma solicitação do IFC por motivo de
147 necessidade de adequação ao Sistema SIGAA. Quando não é possível acompanhá-lo, é necessário
148 fazer as reposições. Gerson questionou, entretanto, por que utilizar um Sistema que não atende às
149 necessidades de todos os cursos do IFC. Gerson acrescentou que as demandas por mudanças de
150 cursos por parte dos alunos são poucas, na sua opinião. Para Gerson, fez-se da exceção uma regra.
151 Josefa fez alguns esclarecimentos pontuais acerca da institucionalização dos cursos, informando que
152 ela não é pensada somente pela mobilidade dos alunos, mas por conta da identidade dos cursos do
153 IFC, respeitando as especificidades, sendo que a mobilidade entra como justificativa, não como

Bruno

Augusto de Paula Ferreira



154 motivação maior para se buscar a similaridade. A servidora Fani acrescentou que participou do
155 Planejamento Estratégico do IFC de 2013, e afirmou que esta demanda foi amplamente discutida com
156 DG, DAPs e DDEs. Josefa reafirmou que a similaridade objetivada está muito vinculada à identidade
157 institucional, sendo que a padronização do calendário acadêmico tem também o mesmo objetivo.
158 Para ela, o Sistema ainda necessita ser customizado futuramente, pois há necessidade de ter um
159 calendário institucional, sendo que as necessidades e peculiaridades dos campi precisam ser
160 estudadas após apresentação de justificativa. Josefa acrescentou que seria necessário parar de pensar
161 cada um no seu campus e pensar institucionalmente, pois algumas questões precisam ser pensadas na
162 pluralidade e na identidade, sendo que há que se alcançar o equilíbrio de ambos os aspectos. Em
163 reuniões de gestão, segundo Fani, tem sido relatado pelos gestores que a carga horária excessiva dos
164 cursos tem sido grande motivo de reclamação por parte do corpo discente. Na sequência Josefa
165 abordou a questão da representatividade como um exercício que precisa ser cada vez mais vivenciado
166 no IFC. Além desta representatividade, onde os representantes levam aos demais membros dos
167 segmentos que representam os detalhes das temáticas tratadas de forma colegiada, outras
168 ferramentas de comunicação precisam ser pensadas para que as informações sobre os processos
169 cheguem à comunidade da forma mais precisa e fiel possível ao modo como aconteceu. Padilha
170 acrescentou que a representatividade é um exercício que vai se construindo. Gerson concordou com
171 Padilha. Josefa comunicou aos presentes que a existência do próprio CONSEPE foi uma indicação de
172 constituição antes da atual gestão, visando ampliar os processos de representatividade e de gestão
173 democrática. Gerson colocou ainda sua vontade de participar do CONSEPE de forma consciente,
174 inclusive porque as reuniões tenderão a ser transmitidas. Schenkel retomou a temática relacionada ao
175 uso do Sistema (SIGAA), comunicando que o mesmo está sendo adequado às demandas, pois a sua
176 implantação começou muito recentemente. No IFSC, citou Schenkel, foi contratada uma empresa
177 externa para instalar o sistema, quando que no IFC a equipe interna da DTI está com esta
178 incumbência. Padilha acrescentou que no Almoarifado, setor em que atua, teve a instalação num
179 primeiro momento e depois, com a customização está se adequando o sistema às necessidades do IFC.
180 Josefa acrescentou que anteriormente fora composta uma equipe que integrou um CONSEPE anterior,
181 para construir o Regimento atual, o qual fora lido e discutido na reunião, sendo que o referido
182 Regimento pode sofrer qualquer alteração, desde que elencada como necessária pelos membros
183 atuais do CONSEPE. A Presidente do CONSEPE, Prof^a. Josefa, naquele momento, agradeceu a presença
184 de todos, desejando bom retorno aos membros que necessitam viajar para retornar aos seus campi de
185 origem. Nada mais havendo a tratar, a Presidente do Consepe encerrou a reunião às dezessete horas,
186 e eu, Márcia de Jesus Xavier, na condição de secretária, redigi esta ata que será assinada por mim e
187 pelos presentes.

 Gerson Luis da Luz

Marcos Müller Luxen



Fernando J. J. J. J.

Verônica de S.

F. d. J. Elchhorst



Caetano

Augusto de Paula Ferreira



Bruno